



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

A presente licitação tem por objeto a Contratação de **serviços de Ergonomia Ocupacional**, a fim de executar, nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES), nos termos das especificações contidas neste instrumento, demais legislações atinentes à matéria, o serviço abaixo reportado – **CATSER do serviço: 16241.**

Serviço de Ergonomia Ocupacional

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Análise Ergonômica do Trabalho (AET). O documento deverá <u>contemplar todos servidores do quadro, servidores sem vínculo com a administração, requisitados e estagiários nos respectivos ambientes laborais onde exercem suas funções.</u>	Un	1

Nota: * O quantitativo de locais de trabalho foi especificado no Adendo I e as funções, no Adendo II.

2. Objetivo

Implantação de uma política de Saúde e Segurança do Trabalho visando à prevenção e à preservação da saúde de toda força de trabalho desta Justiça Especializada, antecipando e reconhecendo doenças ocupacionais, bem como propondo medidas para redução do absenteísmo e da melhoria da qualidade de vida.

Outrossim, propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção de riscos ergonômicos no ambiente laboral, a fim de proporcionar as condições adequadas para um ambiente de trabalho seguro.

Deste modo, o desenvolvimento de uma Análise Ergonômica do Trabalho (AET), prevista na NR17, visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no ambiente laboral deste Tribunal.

3. Justificativa

A contratação dos serviços de Ergonomia Ocupacional objetiva atender à Resolução CNJ nº 207/2015 que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, conforme dispositivo abaixo reproduzido:

“ ...

Art.6º São atribuições das unidades de saúde, sem prejuízo de outras estabelecidas em atos internos dos tribunais:

(...)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

V- proceder à análise ergonômica dos ambientes, processos e condições de trabalho;

(...)

X- produzir e analisar dados estatísticos, tomando-os como subsídios para a propositura de novas ações na área de saúde.

§ 1º O disposto neste artigo não obsta, quando necessário, a contratação de instituição externa para auxiliar ou fornecer serviços especializados na área de saúde, observadas as previsões legais” (grifo e destaques nossos).

À vista disso, considerando que o TRE/ES não conta com profissionais habilitados para elaborar e implementar tal atividade, faz-se necessária a contratação de empresa especializada com qualificação apropriada.

4. Detalhamento do Serviço

4.1. A AET deverá contemplar todos os ambientes de trabalho descritos no Adendo I e ser elaborada por profissional competente.

a) A AET deverá contemplar os servidores do quadro, servidores sem vínculo com a administração, requisitados e estagiários nos respectivos ambientes laborais onde exercem suas funções, exceto os postos de trabalho dos profissionais terceirizados;

b) Cabe à CONTRATADA prever metodologia para análise ergonômica dos postos de trabalho com modalidade de labor remoto (teletrabalho);

c) Nas atividades com uso de computador portátil de forma não eventual, devem ser previstas formas de adaptação do teclado, do mouse ou da tela a fim de permitir o ajuste às características antropométricas do trabalhador e à natureza das tarefas a serem executadas.

4.2. As visitas de avaliação serão direcionadas aos fatores de risco ergonômicos, fatores biomecânicos e risco de acidentes presentes em cada atividade desempenhada no TRE/ES, conforme Adendo I e Adendo II, que impactam diretamente na vida laboral dos trabalhadores e estagiários.

a) As visitas técnicas realizadas pela CONTRATADA serão monitoradas por profissional do TRE/ES designado para tal, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços executados e pela comunicação entre a CONTRATADA e a unidade administrativa do TRE/ES a ser visitada, baseando-se no cronograma de visitas estruturado após a reunião de abertura. Tal reunião deverá ser realizada em até três dias úteis da assinatura do contrato.

b) O respectivo planejamento (cronograma de visitas) deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião de abertura.

4.3. A AET deverá ser elaborada de modo a avaliar todas as funções, obedecendo à distribuição dos trabalhadores em cada unidade deste Tribunal descrita no Adendo I deste instrumento.

a) Em cada função analisada, deverá constar a classificação dos riscos ergonômicos, em baixo, médio, alto e altíssimo risco (ou gradação semelhante), registrando as áreas corporais e patologias propensas aos trabalhadores e estagiários. Cabe à CONTRATADA apresentar metodologia semiquantitativa eficaz para tal classificação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- b) Devem ser elaborados registros fotográficos para cada situação de trabalho que represente uma função ou grupo homogêneo que compreenda diversas funções;
- c) As condições ambientais de cada unidade deste tribunal poderão ser descritas em forma de tabela com todos os parâmetros previstos;
- d) A análise da tarefa poderá ser por grupos homogêneos, conforme similaridade das atividades;
- e) Deverá considerar também os aspectos cognitivos que possam comprometer a segurança e a saúde do trabalhador (alínea "f", 17.4.1 da NR17).

4.4. A AET obedecerá aos padrões de avaliação da NR—17 e seus anexos, às Normas técnicas NBR 11226, NBR 11228, NHO 11, NBR 10152, Resolução – RE/ANVISA nº 9 de 16 de janeiro de 2003 e demais legislações aplicáveis.

- a) Para fins de padronização, a AET deverá abordar necessariamente todos os riscos Ergonômicos (biomecânicos, mobiliário/equipamentos, organizacionais, ambientais, psicossociais/cognitivos) além dos riscos mecânicos e de acidentes.

4.5. Ao final do levantamento de riscos ergonômicos e mecânicos/acidentes, a CONTRATADA deverá apresentar o Relatório da AET devendo conter minimamente:

- a) Análise da demanda com pesquisas realizadas junto aos trabalhadores;
- b) Análise da população trabalhadora;
- c) Análise da tarefa e da atividade, considerando inclusive as atividades em home office ou trabalho remoto;
- d) Diagnóstico;
- e) Caderno de recomendações e plano de ação;
- f) Discriminação das funções especificadas no Adendo II por posto de trabalho (Adendo I).

4.6. O Relatório da AET deverá ser transmitido, por correio eletrônico, a conta CONTRATANTE e obedecer aos critérios a seguir:

- a) **Contemplar todos os locais elencados no ADENDO I, bem como as funções, elencadas no ADENDO II.**
- b) Assinatura digital do responsável pela elaboração da AET;
- c) Fornecimento em arquivo eletrônico no formato "Portable Document Format" — PDF de qualidade padrão "PDF/A—I", conforme descrito no art.1, & 2º da Portaria nº 211/2019 do Ministério da Economia.

4.7. Realização de treinamento/curso ou palestra para conscientização dos servidores sobre os riscos ergonômicos a que estão expostos no ambiente laboral.

- a) a capacitação poderá ser realizada na modalidade on-line.

5. Dos Requisitos de Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

5.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** Documento (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou, satisfatoriamente, o serviço de Análise Ergonômica do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

5.2. **Certidão negativa** de feitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

6. Dos Critérios de Aceite dos Serviços

6.1. Os serviços serão confrontados com o detalhamento previsto na Cláusula 4 - "**Detalhamento dos Serviços**" - podendo ser desaprovado pela CONTRATANTE caso percebido descumprimento dos parâmetros definidos.

6.2. O CONTRATANTE poderá determinar a correção dos relatórios ou análises ocupacionais advindos da sua má realização ou desatendimento às especificações técnicas, desde que devidamente comprovados, sem quaisquer ônus adicionais.

7. Do Recebimento do Objeto

7.1. O recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma: provisoriamente, no momento da entrega do relatório de AET; definitivamente, dentro do prazo de até 15 dias úteis contados da data de recebimento provisório e após a comprovação da perfeita execução e do cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

7.2. Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento às condições e especificações estabelecidas no termo de referência, o objeto NÃO será recebido de forma definitiva.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou realizados no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas.

7.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. Do Prazo de entrega do serviço

8.1. A CONTRATADA terá o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias para entregar a AET contados a partir da data de assinatura do contrato.

8.2. Ao Final do contrato, o arquivo da AET, bem como todos os documentos relativos ao objeto desta contratação devem ser repassados à CONTRATANTE.

8.3. Os prazos estipulados acima poderão ser prorrogados mediante pedido justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

8.4. O pedido de prorrogação, acompanhado das justificativas, somente será aceito se formulado antes do término do prazo.

9. Dos documentos necessários à execução do contrato

9.1. Apresentar, no ato de entrega da AET, diploma de graduação em nível superior (licenciatura ou bacharelado) e certificado de conclusão de curso de especialização em Ergonomia, com nível de pós-graduação.

9.2. O comprovante referente à formação acadêmica e profissional poderá ser solicitado a qualquer tempo pela CONTRATANTE à CONTRATADA, durante a execução do contrato, por e-mail institucional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

9.3. O referido documento deve ser apresentado no prazo de até 02 (dois) dias úteis da solicitação, em atenção ao Gestor do Contrato (Titular ou Substituto), sujeitando a CONTRATADA às penalidades estabelecidas contratualmente, no caso de ser constatada qualquer irregularidade quanto à qualificação requerida.

9.4. A CONTRATADA deverá indicar preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos neste instrumento contratual, munido de telefone de contato, para que, em caso de necessidade, ser acionado, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/1993, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

9.5. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE ocorrerá unicamente por intermédio do Preposto e do Gestor do Contrato (titular ou substituto), respectivamente.

10. Das obrigações da Contratada e da Contratante

10.1. Dos deveres da empresa contratada

10.1.1. Designar um preposto.

10.1.2. Manter os dados para contato e identificação do preposto atualizado. Entre os dados para contato deverá constar endereço físico, telefone e e-mail.

10.1.3. Realizar o objeto deste instrumento, de acordo com o termo de referência, a proposta apresentada e as normas legais vigentes, ficando responsável por todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive deslocamentos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao TRE-ES, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.

10.1.4. Estar presente na reunião de abertura dos trabalhos antes do início das atividades a fim de esclarecer eventuais dúvidas; receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos.

10.1.5. Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a reunião de abertura, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

10.1.6. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas no CONTRATO a ser firmado entre as partes, inclusive quanto aos preços praticados.

10.1.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

10.1.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-ES, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços.

10.1.9. Refazer os serviços que a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias ou forem constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

10.1.10. Responsabilizar-se pelo serviço executado em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tal serviço.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

10.1.11. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO (titular ou substituto), atendendo todas as reclamações ou solicitações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva requisição.

10.1.12. Emitir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços realizados no mesmo prazo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação.

10.1.13. Arcar com os eventuais prejuízos perante a CONTRATANTE e/ou terceiros, causados durante a execução dos serviços contratados.

10.1.14. Prover condições que possibilitem o cumprimento do serviço no prazo fixado no contrato, iniciando as atividades na data estabelecida.

10.1.15. Estar e permanecer regular com o órgão/conselho fiscalizador de sua categoria durante todo o curso da execução contratual.

10.1.16. Havendo prestação de serviços em desacordo com o disposto no presente Termo de Referência, a CONTRATADA deverá corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade o serviço, sem ônus para o TRE/ES.

10.1.17. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato.

10.1.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE pelo não cumprimento das obrigações atinentes ao serviço a ser prestado, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade.

10.1.19. Responsabilizar-se por toda a coordenação e orientação técnica inerente à implementação e execução do serviço constante desta contratação.

10.1.20. Responsabilizar-se, durante a vigência do contrato, pela avaliação ergonômica que se torne obsoleta em decorrência de futuras atualizações na legislação, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.2. Dos deveres do Contratante

10.2.1. Proporcionar todas as informações e acesso para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas do CONTRATO a ser firmado entre as partes.

10.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, através de um Gestor de Contrato (Titular e Substituto), representante da Administração do TRE/ES, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/1993 e suas alterações posteriores, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo.

10.2.3. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, em especial, quanto ao acompanhamento, fiscalização da prestação de serviços, aplicação de sanções, alterações e repactuações contratuais.

10.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do CONTRATO, que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.

10.2.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

11. Do Pagamento

11.1. O documento resultante da Análise Ergonômica Ocupacional será pago mediante depósito bancário em conta corrente, até o 15º (décimo quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

11.2. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

11.2.1. A declaração de que trata o caput poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

11.3. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, conforme este Termo de Referência, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

12. Da exigência de cumprimento da LEI nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)

12.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

12.3. Para fins de execução do contrato haverá compartilhamento de dados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

13. Das Penalidades

13.1. O LICITANTE vencedor que descumprir as obrigações pactuadas neste Instrumento ficará sujeito às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019, conforme a modalidade do certame licitatório, e, ainda às seguintes penalidades:

13.2. A Advertência será aplicada na hipótese de execução irregular que não resulte prejuízo para o TRE/ES, e pela repetição de falhas para atendimento de um mesmo serviço.

13.3. A multa será aplicada na gradação e nas hipóteses elencadas nas tabelas 1 e 2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
2	0,3 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
3	0,4 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
4	0,5 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
5	0,7 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
6	1,0 % do valor do objeto*, por dia ou por ocorrência, conforme o caso
	* Para descumprimentos não relacionados diretamente a um item contratado, o valor do objeto será considerado como o valor total estimado do contrato

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão de contrato
2	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
3	Suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o serviço contratado.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do TRE-ES.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
5	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
6	Manter dados desatualizados do profissional (is) responsável (is) pela elaboração do documento de AET.	1	Por ocorrência
7	Deixar de apresentar os documentos comprobatórios de formação acadêmica e registro profissional dos profissionais que atuarão na elaboração da AET.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
8	Deixar de manter contato atualizado do preposto, (endereço físico, telefone e/ou e-mail) com disponibilidade de comunicação.	3	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
9	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato
10	Deixar de entregar o documento resultante da AET, sem motivo justificável e acatado pelo TRE/ES:		
	a)Até 15 (quinze) dias de atraso	4	Por dia
	b)acima de 15 dias de atraso	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
11	Deixar de elaborar pareceres e relatórios, quando solicitado pelo contratante.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
12	Deixar de transferir ao CONTRATANTE os arquivos de dados da AET por ocasião do término ou da rescisão do contrato.	6	Por ocorrência
13	Não tratar com urbanidade e respeito qualquer pessoa dentro das dependências do TRE-ES.	2	Por ocorrência
14	Deixar de substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, pelo CONTRATANTE.	5	Por ocorrência
15	Deixar de reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se apresente incorreções resultantes da execução ou de alterações na legislação.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.

13.4 A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado por culpa da Contratada, será de 30% (trinta por cento) sobre o valor inexecutado do contrato, não cumulativa com as multas presentes nos itens anteriores. Tal multa não exime a Contratada pelas reparações dos prejuízos e das demais sanções cabíveis.

13.5. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, podendo ensejar a sua rescisão.

13.6. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: não assinar o contrato; não entregar a documentação exigida no edital; apresentar documentação falsa; causar o atraso na execução do objeto; não mantiver a proposta; falhar na execução do contrato; fraudar a execução do contrato; se comportar de modo inidôneo; declarar informações falsas; e cometer fraude fiscal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

13.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. Do Valor Estimado

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	Análise Ergonômica do Trabalho- AET. <u>O documento deve contemplar todos servidores do quadro, servidores sem vínculo com a administração, requisitados e estagiários nos respectivos ambientes laborais onde exercem suas funções.</u>	Un	1	222.005,00

Nota1: Os locais de Trabalho foram especificados no Adendo I e as funções no Adendo II.

Nota 2: No Valor Total proposto é contemplada a AET em todos os locais elencados no ADENDO I, bem como as funções, elencadas no ADENDO II.

15. Dos Critérios de Julgamento das Propostas

15.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, aferido sobre os preços praticados no mercado.

15.2. Nos preços a serem registrados deverão estar inclusos todas as despesas com a mão de obra, impostos, transportes, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, locomoção/hospedagem e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto deste instrumento.

16. Dos Procedimentos de Gestão Contratual

16.1. A execução contratual obedecerá ao Guia de Fiscalização e Gestão Contratual do TRE/ES e a Ordem de Serviço DG/TRE ES nº 06/2008.

17. Do acompanhamento e da fiscalização

17.1. O serviço constante neste instrumento ser fiscalizados pelos Gestores do Contrato (Titular e Substituto), os quais têm autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual. Ressalta-se que a indicação de Gestores (Titular e Substituto) será feita em momento oportuno pela Administração.

18. Da Disposição final

18.1. É vedado a participação, direta ou indireta, na licitação ou na execução dos serviços, da empresa responsável pela elaboração do Termo de Referência: "PDCA DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ADENDO I- Relação de localidades e endereços dos ambientes laborais do TRE/ES

Local	Endereço
Sede (9 andares)	Av. João Baptista Parra n 575 - Praia do Suá - <i>Vitória</i> - CEP:29.052-123
Anexo (7 andares)	Av. João Baptista Parra n 575 - Praia do Suá - <i>Vitória</i> - CEP:29.052-123
01ª ZONA ELEITORAL	Rua Muniz Freire, s/nº, 3º andar, Fórum Muniz Freire, <i>Cidade Alta</i> - Vitória/ES - CEP. 29015-140
02ª ZONA ELEITORAL	Av.Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, nº 221, Gilberto Machado, <i>Cachoeiro de Itapemirim/ES</i> - CEP 29303-383
Posto Atílio Vivacqua	Rua Capitão Jovino Alves Pedra, s/n, Niterói - Atílio Vivácqua - Cep 29490-000
03ª ZONA ELEITORAL	Avenida Nsa. Sra. da Penha, nº 790, Centro - <i>Castelo/ES</i> - CEP. 29360-000
04ª ZONA ELEITORAL	Rua Oscar de Almeida Gama, nº 263, Centro - <i>Alegre/ES</i> CEP. 29500-000
05ª ZONA ELEITORAL	Rua Gervásio Monteiro, 105, Centro , <i>Mimoso do Sul/ES</i> - CEP 29400-000
06ª ZONA ELEITORAL	Avenida Vitória, nº 44, Maria das Graças - <i>Colatina</i> /ES CEP. 29705-021
07ª ZONA ELEITORAL	Rua Madame Albertina Holz, nº 79, Centro - <i>Baixo Guandu</i> / ES - CEP. 29730-000
Posto Laranja da Terra	Avenida luiz obermuller Filho, 85, Centro, <i>Laranja da Terra/ES</i> CEP: 20615-000
08ª ZONA ELEITORAL	Rua Anália Vieira de Souza, 275, São Vicente - <i>Afonso Cláudio/ES</i> - CEP. 29600-000
09ª ZONA ELEITORAL	Ladeira Rosalina Ribeiro Nunes, s/n, Centro, <i>Santa Leopoldina</i> - CEP 29640-000
10ª ZONA ELEITORAL	Rua Cantídio Roberto de Moraes, nº 144, Novo Horizonte - <i>Ibatiba/ES</i> - CEP.29395-000
Posto Brejetuba	Av. Ângelo Uliana, s/n - Bairro: Uliana - <i>Brejeturba/ES</i>
11ª ZONA ELEITORAL	Avenida José Ruschi, nº 37, Centro - <i>Santa Teresa</i> /ES - CEP. 29650-000
Posto Itarana	Praça Ana Matos, nº 50 - Centro, <i>Itarana/ES</i>
12ª ZONA ELEITORAL	Rua Lauro Ferreira Pinto, nº 575, Centro - <i>Alfredo Chaves</i> / ES CEP. 29240-000
13ª ZONA ELEITORAL	Rua Emiliana Emery, nº 41, Ljs. 01 e 02, Centro - <i>Guaçuí</i> - ES CEP. 29560-000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	Endereço
14ª ZONA ELEITORAL	Rua Arlindo Vicente, nº 221 – Térreo - Ericina - <i>Ibiraçu</i> / ES CEP 29670-000
15ª ZONA ELEITORAL	Rua João Batista Wernesbach, nº 113, Centro - <i>Domingos Martins</i> /ES- CEP.29260-000
16ª ZONA ELEITORAL	Av. 17 de Fevereiro, nº 240, Centro - <i>Itaguaçu</i> / ES - CEP. 29690-000
Posto São Roque do Canaã	Rua Lourenço Roldi, 88, São Roquinho, <i>São Roque do Canaã</i> /ES - CEP 29.665-000
17ª ZONA ELEITORAL	Rodovia do Sol, nº 2273, Ljs 04 e 05, Ed.Parmagnani e Silva, Justiça II, <i>Anchieta</i> /ES - CEP 29230-000
18ª ZONA ELEITORAL	Av. Deputados João Rios, 372, Centro, <i>Iúna</i> / ES - CEP. 29390-000
Posto Ibitirama	Rua Edgar Santana Alves, nº 54, Centro - <i>Ibitirama</i> /ES - CEP 29540-000
19ª ZONA ELEITORAL	Rua Feniano Mitleg, nº 36, Centro - <i>Muniz Freire</i> / ES - CEP. 29380-000
Posto Irupi	Rua Laurentina Miranda Leal, 245, Centro, <i>Irupi</i> – CEP 29.398-000
20ª ZONA ELEITORAL	Rua Isaura Sfalsin Rosa, 15, Jequitibá - <i>Aracruz</i> /ES - CEP. 29193-084
21ª ZONA ELEITORAL	Rua Cel. Constantino Cunha, 1262, Bairro de Fátima, <i>São Mateus</i> /ES - CEP.29933-530
22ª ZONA ELEITORAL	Rua Melchíades Félix de Souza, nº 150, Serramar - <i>Itapemirim</i> / ES - CEP. 29330-000
23ª ZONA ELEITORAL	Rua Deolindo Dazílio, nº 03, Centro - <i>Barra de São Francisco</i> /ES - CEP 29960-000
Posto Água Doce do Norte	Rua Alacy Costa, s/n, Centro, Ginásio de Esportes, <i>Água Doce do Norte</i>
24ª ZONA ELEITORAL	Rua Santana do Iapó, nº 330, Muquiçaba - <i>Guarapari</i> / ES CEP. 29215-020
25ª ZONA ELEITORAL	Av. Aracruz, nº 810, Colina, <i>Linhares</i> / ES - CEP. 29900-399
26ª ZONA ELEITORAL	Rua Floriano Peixoto, 205, São Judas Tadeu, <i>Serra</i> -ES - CEP 29.177-008
27ª ZONA ELEITORAL	Av. Jones dos Santos Neves, nº 264, Centro - <i>Conceição da Barra</i> /ES - CEP.29960-000
Posto Pedro Canário	Av. Amália Negreiro de Castro, nº 275, Centro - <i>Pedro Canário</i> / ES CEP. 29970-000
30ª ZONA ELEITORAL	Rua Eurico Salles, 230, térreo, Centro <i>Nova Venécia</i> / ES - CEP. 29830-000
Posto Eleitoral Vila Pavão	Rua Vasco Coutinho, nº 28 (Sec.da Cultura), Centro, <i>Vila Pavão</i> /ES - CEP 29843-000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	Endereço
32ª ZONA ELEITORAL	Rua Quinze de Novembro, nº 288, <i>Praia da Costa - Vila Velha</i> /ES - CEP. 29101-055
33ª ZONA ELEITORAL	Rua Otília da Costa, nº 49, Centro, <i>Ecoporanga</i> / ES - CEP. 29850-000
34ª ZONA ELEITORAL	Avenida Getúlio Vargas, nº 107, Campo Grande - <i>Cariacica</i> / ES CEP. 29146-070
35ª ZONA ELEITORAL	Avenida Danilo Monteiro Castro, nº 206, Centro - <i>Iconha</i> / ES CEP. 29280-000
36ª ZONA ELEITORAL	Rua Jovino Nonato da Cunha, s/nº, Beco do Ade, Lj.02, Centro- Pancas/ES - CEP. 29750-000
Posto Eleitoral Mantenópolis	Rua Floriano Rubim, s/nº, Centro - <i>Mantenópolis</i> / ES CEP. 29770-000
Posto Eleitoral Alto Rio Novo	Rua Paulo Martins, 276, (Fórum) Centro - <i>Alto Rio Novo</i> - 29.760-000
37ª ZONA ELEITORAL	Av. Lions Club, 252, Centro - <i>São Gabriel da Palha</i> /ES - CEP. 29780-000
Posto Vila Valério	Av. Pd. Francisco, s/n - Ed. Sec. de Agricultura e Desenv., 1º And, <i>Vila Valério</i> - CEP 29.785-000
38ª ZONA ELEITORAL	Avenida Antônio Paulino, 470, Centro, <i>Montanha</i> / ES - CEP. 29890-000
39ª ZONA ELEITORAL	Rua Matias Barbosa dos Santos, nº 187, Centro - <i>Pinheiros</i> / ES CEP. 29980-000
40ª ZONA ELEITORAL	Rua Gregório Zandonade, nº 15, Marmim, <i>Venda Nova do Imigrante</i> /ES - CEP. 29375-000
Posto Conceição de Castelo	Av. José Grilo, nº 348, Centro - <i>Conceição do Castelo</i> - CEP 29370-000
41ª ZONA ELEITORAL	Rua Ângelo Brioschi, s/nº, Centro - <i>Jaguaré</i> - CEP 29950-000
43ª ZONA ELEITORAL	Rua Rubens Rangel, nº 1574, Lojas 04 e 05, Cidade Nova, <i>Marataízes</i> /ES
Posto Presidente Kennedy	Rua Átila Vivácqua Vieira, nº 148, térreo - Centro - <i>Presidente Kennedy</i> / ES - CEP.29350-000
44ª ZONA ELEITORAL	Rua Carlos Xavier, nº 527, Centro, <i>Bom Jesus do Norte</i> /ES CEP.29460-000
Posto de Dolores do Rio Preto	Av. Firmino Dias, nº 222, Centro, <i>Dolores do Rio Preto</i> /ES CEP. 29.580-000
46ª ZONA ELEITORAL	Av. João Quiuqui, nº 444, Centro, <i>Águia Branca</i> / ES - CEP 29795-000
Posto São Domingos do Norte	Rodovia Gether Lopes de Farias, s/n, Emilio Calegari, <i>São Domingos do Norte</i> /ES - CEP 29745-000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	Endereço
47ª ZONA ELEITORAL	Rua Aspázia Dias Varejão, 222, <i>Viana Sede</i> / ES - CEP. 29130-013
48ª ZONA ELEITORAL	Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, nº 221, Gilberto Machado, <i>Cachoeiro de Itapemirim</i> /ES CEP 29303-381
51ª ZONA ELEITORAL	Rua João Cipriano, nº 409, Lj. 02, São Sebastião - <i>Rio Bananal</i> / ES CEP 29920-000
Posto Gov. Lindemberg	Rua Delmira de Aguiar, nº 54, Centro - <i>Gov.Lindemberg</i> /ES - CEP 29720-000
52ª ZONA ELEITORAL	Av. José Mª Vivácqua Santos,nº 600, <i>Jardim Camburi</i> , <i>Vitória</i> /ES CEP. 29090-160
53ª ZONA ELEITORAL	Av. Des. Mário da Silva Nunes, n.º 1420, loja 2 <i>Jardim Limoeiro, Serra</i> /ES - CEP. 29164-044
54ª ZONA ELEITORAL	Rodovia Governador José Sette, s/n, Itacibá, <i>Cariacica</i> / ES - CEP 29150-410
55ª ZONA ELEITORAL	Rua Coronel Sodré, nº 512, <i>Centro, Vila Velha</i> /ES - CEP 29100-080
57ª ZONA ELEITORAL	Av. Nsa Sra. da Penha, nº 230, <i>Ibes - Vila Velha</i> / ES - CEP 29108-330
59ª ZONA ELEITORAL	Av. Abidd Saad, nº 1296, Ljs 08,09 e 10 <i>Jacaraípe – Serra</i> / ES - CEP 29175-520

Nota: Os endereços de todos os Cartórios e Postos eleitorais pode ser encontrado no site do TRE. Para acessá-los, basta adotar o seguinte procedimento:

1)Acessar o site: www.tre-es.jus.br ;

2)Clicar na aba "O TRE";

3)Clicar em Cartórios Eleitorais;

4) Acessar Todos os endereços de atendimento (formato csv).

OBS: Pode ser encontrada uma planilha com todos endereços dos cartórios e postos no formato Excel. Também permite a busca por município , na aba localizada logo abaixo do link em azul.

Cabe ainda mencionar que o CNPJ do TRE/ES é centralizado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ADENDO II – Quadro Atual da Força Laboral do TRE/ES

Primeiramente apresenta-se o quantitativo de servidores efetivos, servidores comissionados e requisitados bem como o regime jurídico e previdenciário correspondente. Em seguida, registra-se o dimensionamento para a categoria dos estagiários.

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
sede	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	56
sede	142325	RELAÇÕES PÚBLICAS	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	211205	ESTATÍSTICO	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	212405	ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	efetivo	estatutário	RPPS	9
sede	214205	ENGENHEIRO CIVIL	efetivo	estatutário	RPPS	2
sede	223208	CIRURGIÃO DENTISTA - CLÍNICO GERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	225125	MÉDICO CLÍNICO	efetivo	estatutário	RPPS	2
sede	251510	PSICÓLOGO CLÍNICO	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	252210	CONTADOR	efetivo	estatutário	RPPS	5
sede	261205	BIBLIOTECÁRIO	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	261305	ARQUIVISTA	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	312105	TÉCNICO DE OBRAS CIVIS	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	317110	PROGRAMADOR DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	efetivo	estatutário	RPPS	7
sede	317205	OPERADOR DE COMPUTADOR	efetivo	estatutário	RPPS	12
sede	322205	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	efetivo	estatutário	RPPS	1
sede	351105	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	efetivo	estatutário	RPPS	5
sede	351510	TAQUÍGRAFO	efetivo	estatutário	RPPS	3
sede	411010	ASSISTENTE	efetivo	estatutário	RPPS	87



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
		ADMINISTRATIVO				
sede	412110	DIGITADOR	efetivo	estatutário	RPPS	5
sede	517310	SEGURANÇA	efetivo	estatutário	RPPS	4
sede	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	requisitado	estatutário	RPPS	2
sede	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
sede	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	sem vínculo	estatutário	RPPS	5
01ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	2
01ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	3
01ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
02ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
02ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
02ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
02ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
03ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
03ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
03ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
04ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
04ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
04ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
05ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
05ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
05ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	celetista	RGPS	1
06ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
06ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
06ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	celetista	RGPS	1
06ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
07ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
07ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
07ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
07ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
08ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
08ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
08ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
09ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
09ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
09ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
10ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
10ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
10ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requistado	estatutário	RPPS	2
10ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
11ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
11ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
11ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
11ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
12ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
12ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
13ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
13ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
13ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
14ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
14ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
14ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
15ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
15ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
15ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
16ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
16ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
16ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
17ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
17ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
17ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
17ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
18ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
18ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
18ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
18ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
19ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
19ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
19ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
19ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
T2						
20ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
20ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
20ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	3
21ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
21ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
21ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	5
22ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
22ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
22ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	3
23ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
23ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
23ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
23ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
24ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
24ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
24ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	3
25ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
25ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
25ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	3
26ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
26ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
26ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
27ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
27ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
30ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
30ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
30ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
30ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
32ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
32ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	3
33ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
33ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
33ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
34ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	2
34ª	411010	ASSISTENTE	efetivo	estatutário	RPPS	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
ZE		ADMINISTRATIVO				
34ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
35ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
35ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
35ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
36ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
36ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
36ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
37ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
37ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
37ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
37ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
38ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
38ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
38ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
39ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
39ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
39ª	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	celetista	RGPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
ZE						
40ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
40ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
40ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
40ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
41ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
41ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
41ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
41ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
43ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
43ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
43ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
43ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
44ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
44ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
44ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
46ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
46ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
46ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
46ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
47ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
47ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
48ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
48ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
48ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
51ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
51ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	1
51ª ZE PE-T2	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
52ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	2
52ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	3
52ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
53ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	2
53ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
53ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Local	CBO	Ocupações	Situação Funcional	Regime Jurídico	Regime Previdenciário	Quantitativo
54ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	2
54ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	3
54ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
55ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
55ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	3
55ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	2
57ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
57ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
57ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1
59ª ZE	111405	DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	efetivo	estatutário	RPPS	1
59ª ZE	411010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	efetivo	estatutário	RPPS	2
59ª ZE	411020	AUXILIAR DE JUDICIÁRIO	requisitado	estatutário	RPPS	1

Nota: PE-T2 – Posto Eleitoral

Registra-se que ao indicar SEDE estão incluídos os quantitativos de servidores, servidores sem vínculo com a Administração, requisitados e estagiários nos dois prédios (SEDE e ANEXO).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

A seguir apresenta-se o quantitativo de estagiários por localidade.

Nesta oportunidade, informa-se que o **Programa de Estágios** deste TRE-ES possui autorização para contratação de **54 vagas de estágio**, destas 27 destinadas a sede e as outras 27 aos Cartórios Eleitorais, distribuídas conforme reportado na tabela abaixo:

	LOCAL	ESTAGIÁRIO	Nº VAGAS ATUAIS	CURSO
CARTÓRIOS	01ª ZE	SEM ESTAGIÁRIO	2	Administração
		SEM ESTAGIÁRIO		Direito
	02ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	14ª ZE	Vaga preenchida	1	Direito
	20ª ZE	Vaga preenchida	1	Administração
	26ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	32ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	34ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	47ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	48ª ZE	Vaga preenchida	1	Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

	52ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		SEM ESTAGIÁRIO		Direito
	53ª ZE	SEM ESTAGIÁRIO	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	54ª ZE	Vaga preenchida	2	Administração
		Vaga preenchida		Administração
	55ª ZE	Vaga preenchida	2	Administração
		Vaga preenchida		Direito
	57ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
	59ª ZE	Vaga preenchida	2	Direito
		Vaga preenchida		Direito
SEDE E ANEXO	Ass. Jurídica (sede)	SEM ESTAGIÁRIO	1	Direito
	APECI	Vaga preenchida	1	Comunicação Social
	Ouvidoria	Vaga preenchida	1	Direito
	Corregedoria	SEM ESTAGIÁRIO	1	Direito
	CAD/STI	SEM ESTAGIÁRIO	2	Ciência da Computação – Engenharia da Computação – Sistemas de Informação
		SEM ESTAGIÁRIO		Ciência da Computação – Engenharia da Computação –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

				Sistemas de Informação
	CSE	Vaga preenchida	1	Sistema de Informação
	COF	Vaga preenchida	3	Ciências Contábeis
		Vaga preenchida		Ciências Contábeis
		Vaga preenchida		Ciências Contábeis
	COMAP	Vaga preenchida	2	Administração
		Vaga preenchida		Administração
	SAO/SC	SEM ESTAGIÁRIO	1	Direito
	SMSCT	SEM ESTAGIÁRIO	1	Contabilidade
	Arquivo	SEM ESTAGIÁRIO	1	Arquivo
	SGP	Vaga preenchidaa	1	Administração
	STC	SEM ESTAGIÁRIO	1	Sistema da Informação
	SGD	Vaga preenchida	2	Administração
		SEM ESTAGIÁRIO		Administração
	COJUR	Vaga preenchida	3	Biblioteconomia
		Vaga preenchida		Direito
		Vaga preenchida		Jornalismo
	GAB MEMBROS	Vaga preenchida	5	Direito
		Vaga		Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

		preenchida		
		Vaga preenchida		Direito
		SEM ESTAGIÁRIO		Direito
		Vaga preenchida		Direito

Informa-se que o quantitativo de estagiários, servidores sem vínculo com a Administração e requisitados é variável.

Em 06 de setembro de 2022.